

Adolescência como travessia subjetiva e campo de normatização: diálogos entre psicanálise e Michel Foucault

*Fabiola Vanessa Hatochyn de Andrade Figueira **

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como a série *Adolescência* representa os modos de subjetivação dos personagens adolescentes, articulando conceitos da psicanálise e os dispositivos de poder e saber. Adotamos a metodologia de pesquisa bibliográfica com a análise teórica das imagens e discursos da série, a partir do referencial psicanalítico e foucaultiano. Os resultados apontam que os personagens encenam conflitos próprios da travessia adolescente, sendo constantemente interpelados por discursos normativos que tentam moldar seus corpos, afetos e comportamentos. Conclui-se que a série evidencia o entrelaçamento entre desejo e norma, mas também insinua brechas para resistências singulares e reinvenções de si.

Palavras-chave: ADOLESCÊNCIA; SUBJETIVAÇÃO; NORMATIZAÇÃO; RESISTÊNCIA.

Adolescence as Subjective Passage and Field of Normalization: Dialogues Between Psychoanalysis and Michel Foucault

ABSTRACT: This paper aims to analyze how the series *Adolescência* portrays the modes of subjectivation of adolescent characters, articulating psychoanalytic concepts and the devices of power and knowledge. We adopted the methodology of bibliographic research with theoretical analysis of the series' images and discourses, based on psychoanalytic and Foucauldian frameworks. The results indicate that the characters stage conflicts specific to adolescent passage, being constantly interpellated by normative discourses that attempt to shape their bodies, affects, and behaviors. It is concluded that the series highlights the interweaving between desire and norm, while also suggesting gaps for singular resistances and reinventions of the self.

Keywords: ADOLESCENCE; SUBJECTIVATION; NORMALIZATION; RESISTANCE.

La Adolescencia como Travesía Subjetiva y Campo de Normalización: Diálogos entre el Psicoanálisis y Michel Foucault

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo general analizar cómo la serie *Adolescência* representa los modos de subjetivación de los personajes adolescentes, articulando conceptos del psicoanálisis y los dispositivos de poder y saber. Adoptamos la metodología de investigación bibliográfica con análisis teórico de las imágenes y discursos de la serie, a partir del marco psicanalítico y foucaultiano. Los resultados indican que los personajes escenifican conflictos propios de la travesía adolescente, siendo constantemente interpelados por discursos normativos que intentan moldear sus cuerpos, afectos y comportamientos. Se concluye que la serie pone en evidencia el entrelazamiento entre deseo y norma, pero también insinúa fisuras para resistencias singulares y reinvenções de sí.

Palabras clave: ADOLESCENCIA; SUBJETIVACIÓN; NORMATIZACIÓN; RESISTENCIA.

* Psicóloga. Doutoranda em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida (UVA).

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0001-8342-8747>

E-mail: fabiolahatochyn@gmail.com

Introdução

A adolescência, enquanto fase de intensas transformações psíquicas e sociais, configura-se como um momento privilegiado para a análise dos processos de subjetivação e das tensões entre o desejo singular e os dispositivos de normatização. É nessa travessia que o sujeito se vê diante de impasses que envolvem a construção de si, a inscrição no laço social e a confrontação com os discursos que buscam regular sua conduta, sua identidade e seus afetos. Nesse sentido, a série *Adolescência*, lançada pela plataforma Netflix, surge como material potente para observar, no plano da narrativa ficcional, como esses processos se apresentam, se complexificam e se deslocam. Tendo em vista a articulação entre subjetividade e norma, esta pesquisa propõe a seguinte pergunta: como os processos de subjetivação na adolescência, tal como representados na série *Adolescência*, revelam tensões entre o desejo inconsciente (segundo a psicanálise) e os dispositivos de normatização social (segundo Foucault)?

O objetivo geral deste estudo é analisar como a série representa os modos de subjetivação dos personagens adolescentes a partir de uma articulação entre os conceitos da psicanálise e os dispositivos de poder e saber conforme a perspectiva foucaultiana. Para isso, definem-se três objetivos específicos: investigar como a adolescência é compreendida, na psicanálise, como uma reestruturação subjetiva atravessada por angústia e sintomas; examinar os mecanismos de normatização e vigilância que operam sobre os sujeitos adolescentes; e identificar, na narrativa da série, as tensões entre desejo e norma, discutindo possibilidades de resistência e invenção de modos de existir.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, articulando a análise dos episódios da série com os referenciais teóricos escolhidos. Justifica-se a escolha do tema pela relevância de compreender os atravessamentos subjetivos da adolescência em diálogo com os mecanismos de normatização que incidem sobre essa etapa da vida. Além disso, ao promover a interlocução entre duas abordagens teóricas que tradicionalmente operam em campos distintos, o trabalho busca ampliar as possibilidades de leitura crítica sobre os modos como o sujeito adolescente é representado e regulado no campo cultural e midiático.

Narcisismo, desejo e perda de garantias simbólicas

O processo de constituição do sujeito na adolescência implica o confronto com a perda de garantias simbólicas previamente sustentadas pela fantasia infantil. Essa transição marca o deslocamento de uma posição imaginária, onde o eu se sustentava na imagem idealizada, para uma cena em que o sujeito é confrontado com o vazio do Outro e com a inconsistência dos significantes que antes organizavam sua experiência. A adolescência, nesse contexto, articula-se a uma intensificação do narcisismo e à emergência do desejo como força desestabilizadora da ordem simbólica internalizada durante a infância (Magalhães, 2004).

O narcisismo que emerge na adolescência não retoma apenas o narcisismo primário descrito na constituição do eu, mas se reorganiza em torno da lógica da visibilidade e da aprovação externa, especialmente em contextos marcados pela exposição midiática e pelo consumo de imagens. A cultura visual contemporânea incentiva a performance de si como objeto de reconhecimento, o que favorece o investimento libidinal na própria imagem e na avaliação que dela se faz o Outro, estruturando formas de subjetivação atravessadas por imperativos de exposição, perfeição e sucesso (de Tarso Carvalho, 2010).

A articulação entre narcisismo e desejo, nesse cenário, revela a tensão entre a busca por completude imaginária e a presença do desejo como falta constitutiva. O desejo, ao inscrever o

sujeito na linguagem, confronta o narcisismo com a impossibilidade de plena realização, evidenciando o caráter ilusório das identificações. Na adolescência, esse impasse se mostra com frequência nos sintomas, nos atos e nas experiências de fracasso ou inadequação frente às exigências normativas e estéticas que circulam socialmente (Magalhães, 2004; de Santi, 2005).

A série *Adolescência* explicita essas dinâmicas ao expor personagens que oscilam entre o desejo de se afirmar como sujeitos autônomos e a tentativa de corresponder às imagens idealizadas que lhes são ofertadas. Essa oscilação evidencia a perda das referências simbólicas estáveis que, em outros momentos históricos, sustentavam os processos de subjetivação. O narcisismo contemporâneo, ao se acoplar ao circuito do consumo e da imagem, fragiliza os laços simbólicos e reorganiza os modos de existir em função da visibilidade e da validação instantânea (de Santi, 2005).

Nessas condições, a adolescência não se configura apenas como uma etapa transitória, mas como um campo em que se intensificam os efeitos da desregulação simbólica e da captura do desejo por estruturas normativas que operam através da imagem. A ausência de garantias simbólicas estáveis, combinada à expropriação do desejo pelo circuito da mercadoria e da aparência, desvela a precariedade dos dispositivos disponíveis para a elaboração subjetiva desse tempo de passagem (de Tarso Carvalho, 2010; de Santi, 2005).

A angústia como resposta à falta: Lacan e a adolescência

A angústia na adolescência, sob a ótica da psicanálise lacaniana, configura-se como um efeito direto da relação do sujeito com a falta, estrutura que sustenta o desejo. Diferente da ansiedade difusa, Lacan entende a angústia como um afeto específico, que emerge diante da ameaça de perda do objeto que sustenta o lugar do Outro. Na adolescência, essa experiência se intensifica com o colapso das identificações construídas na infância e com a percepção da inconsistência do Outro. Para Viola (2019), trata-se de um momento de reposicionamento subjetivo diante da função do objeto a e da necessidade de reorganização dos significantes que conferem lugar ao sujeito na cadeia simbólica.

Nesse cenário, a angústia não se apresenta como mera ausência, mas como presença invasiva do objeto a, que retorna no lugar antes ocupado por garantias simbólicas. Castilho (2007) aponta que, para Lacan, a angústia não engana, pois indica a falta no Outro e revela a fragilidade dos ideais parentais e institucionais em sustentar o sujeito adolescente em sua travessia. A disjunção entre desejo e gozo, entre lei simbólica e pulsão, torna-se evidente nesse processo de reconfiguração subjetiva.

Na perspectiva clínica, Stenzel e Darriba (2013) argumentam que a adolescência reativa estruturas neuróticas, exigindo reposicionamentos diante do Outro e novas estratégias de defesa. Para os autores, os atos adolescentes devem ser acolhidos como respostas à angústia provocada pela vacilação das referências simbólicas. Assim, manifestações como *acting out*, passagens ao ato e identificações transitórias não devem ser lidas como desvios, mas como tentativas de resposta à desorganização subjetiva em curso.

Complementando essa leitura, Dos Santos Jucá e Vorcaro (2020) sugerem que os atos na adolescência funcionam como formas provisórias de inscrição do sujeito frente ao desejo do Outro. Tais atos não devem ser interpretados como fracassos, mas como saídas possíveis diante do impasse estrutural que caracteriza essa etapa. A angústia, nesse contexto, está articulada a temas como sexualidade, morte, separação dos pais e inserção social, indicando a perda de um saber suposto sobre o que se é e sobre o que o Outro deseja.

Ramírez (2014), ao reler Freud e Lacan por meio de Wedekind, propõe que o despertar adolescente não é apenas biológico ou social, mas ético, pois exige do sujeito uma posição singular diante do desejo. Essa construção implica necessariamente a experiência da angústia,

já que o sujeito, desprovido das garantias simbólicas da infância, precisa reinscrever-se na cadeia significante em novos termos.

Nesse mesmo sentido, Viola (2019) afirma que a adolescência inaugura uma nova relação com o objeto a, marcada pelo reconhecimento da não completude do Outro. Essa ruptura desestabiliza os antigos referenciais simbólicos e intensifica a angústia. O trabalho clínico, portanto, deve oferecer condições para que o sujeito crie novas formas de inscrição simbólica, considerando a angústia como operador do processo de subjetivação e não como algo a ser eliminado.

A partir dessa leitura, torna-se possível compreender a adolescência não como uma fase meramente transitória, mas como um tempo lógico de reinscrição do sujeito no laço social. A angústia, longe de representar apenas sofrimento, aponta para a perda de referências anteriores e para a urgência de criação de um novo lugar de enunciação. Escutá-la, portanto, sem patologizar a experiência adolescente, abre espaço para a invenção de modos singulares de habitar o desejo.

A adolescência como invenção histórica e política

A adolescência, muitas vezes tratada como etapa natural do desenvolvimento humano, é, na verdade, uma construção social, histórica e política. Seus contornos variam conforme os contextos culturais e interesses institucionais. De Assis César (2008) observa que a noção moderna de adolescência se consolida no século XIX, vinculada ao discurso psicopedagógico e à expansão da escolarização obrigatória, que passa a definir o adolescente como sujeito em transição, incompleto e tutelável.

A produção discursiva da adolescência opera por meio da normatização, avaliando comportamentos a partir de parâmetros impostos por instituições como escola, família e sistema jurídico. Moreira, Rosário e Santos (2011) apontam que juventude e adolescência são categorias políticas, heterogêneas e historicamente situadas, não devendo ser tratadas como fases naturais ou biológicas. Essa abordagem desloca a ideia de crise necessária e mostra a adolescência como campo de disputa simbólica e política.

Frota (2007) reforça que as concepções de infância e adolescência variam conforme os regimes de verdade de cada época. Na modernidade ocidental, criou-se um intervalo institucionalizado entre infância e vida adulta, estendendo o tempo de dependência. Assim, o adolescente é construído como objeto de intervenção disciplinar, associado a riscos e ameaças. Pereira (2024) critica a naturalização do discurso desenvolvimentista, que impõe etapas universais de crescimento e reforça padrões normativos de gênero e comportamento. A adolescência, nesse sentido, opera como dispositivo que regula condutas e silencia experiências fora da norma, articulando-se a desigualdades sociais de classe, raça e gênero.

Para Moraes e Weinmann (2020), a adolescência é uma invenção histórica articulada à consolidação do Estado moderno. A emergência da psicologia como saber regulador permite mapear e intervir nas condutas juvenis, produzindo subjetividades alinhadas a ideais de disciplina e produtividade. Ser adolescente, portanto, não é um dado biológico, mas um efeito de práticas institucionais. Castro e Bicalho (2013) demonstram que intervenções psicossociais em territórios populares tendem a responsabilizar os adolescentes por suas condições sociais. A ausência de leitura crítica pode patologizar formas de resistência, reforçando desigualdades. Os autores propõem enxergar o jovem como sujeito político, e não como alvo de correção.

Essa crítica é aprofundada por Coimbra, Bocco e do Nascimento (2005), que defendem uma escuta voltada à singularidade. Para os autores, o discurso normativo silencia vozes dissidentes e captura experiências que escapam das categorias previsíveis. Subverter o conceito de adolescência não é negá-lo, mas abrir espaço para narrativas plurais. Muniz Neto et al. (2014) discutem como políticas públicas voltadas à “adolescência pobre” operam entre vigilância e

assistência. A condição socioeconômica, aliada a discursos de risco, sustenta estratégias de controle em vez de garantia de direitos, reforçando estigmas e desigualdades.

Desnaturalizar a adolescência implica compreendê-la como categoria historicamente produzida e politicamente mobilizada. Os discursos que a constituem operam seletivamente, regulando quem pode ser educado, escutado ou punido. Um olhar crítico exige práticas éticas que reconheçam a diversidade de experiências e evitem reproduzir dispositivos de exclusão historicamente impostos à juventude marcada por classe, raça e gênero.

3.2 Instituições disciplinares e redes sociais como operadores de norma

A produção da norma social ultrapassa o campo jurídico e moral, sendo operada por múltiplas instituições e dispositivos que regulam condutas e modos de vida. Escolas, prisões, manicômios e, mais recentemente, redes sociais digitais, desempenham papel central na conformação de subjetividades. Inspirado por Foucault, esse entendimento desloca o foco do poder repressivo para formas normativas, internalizadas pelos próprios sujeitos. Para Benelli (2014), as instituições disciplinares operam por meio de dispositivos como vigilância, exames e treinamentos, articulando saber e poder na fabricação de sujeitos úteis e previsíveis.

A escola, como modelo disciplinar, organiza corpos e condutas a partir de normas que classificam e hierarquizam. Brighente e Mesquida (2011) destacam que, mais do que moldar comportamentos, a escola define modos de pensar e agir, produzindo sujeitos normativos por meio da vigilância cotidiana. O corpo escolarizado é monitorado, examinado e treinado para obedecer — não por coerção explícita, mas por aderência a uma normatividade percebida como legítima.

Foucault descreve essa lógica como sociedade da normalização, onde o controle se dá pela produção de padrões de conduta. Fonseca (2012) afirma que, nesse regime, o poder estabelece comportamentos aceitáveis e pune desvios. A norma é incorporada pelos sujeitos, que se autocorrigem, naturalizando a obediência. Essa forma de poder, mais eficaz por ser invisível, redefine a relação entre sujeito e autoridade.

Fonseca e Narita (2019) mostram que, no início do século XX, em São Paulo, dispositivos disciplinares voltados à infância marginalizada operavam com base em vigilância e tutela. A assistência se confundia com o controle, e os direitos eram distribuídos sob forma disciplinar. A infância pobre era gerida como população de risco, alvo de intervenções que buscavam conformar condutas ao padrão dominante. Benelli (2002) amplia essa análise ao demonstrar que prisões, seminários e manicômios compartilham a lógica disciplinar da vigilância e da confissão. Nessas instituições, o sujeito deve internalizar a norma e desejar sua própria adequação. A produção de subjetividades passa pela pedagogia do corpo e da alma, ancorada na promessa de revelar uma verdade e corrigir o desvio.

As redes sociais atualizam esse regime de normalização. Ainda que não sejam instituições tradicionais, operam como espaços normativos marcados por vigilância mútua e exposição constante. Da Silva (2015) observa que o discurso jurídico sustenta formas de exclusão, e tal lógica se estende ao ambiente digital, onde algoritmos e padrões de visibilidade definem o que deve ser exposto ou silenciado. Práticas como a cultura do cancelamento revelam como a norma digital é produzida coletivamente e reproduzida por mecanismos de controle simbólico.

Sujeito adolescente entre vigilância e performatividade

O sujeito adolescente contemporâneo encontra-se entre regimes de vigilância disciplinares e exigências performativas que regulam condutas e moldam subjetividades. Essa articulação envolve tanto instituições tradicionais como a escola quanto as dinâmicas horizontais das redes sociais. A adolescência passa a ser um campo estratégico onde se esperam conformidade normativa e performance de identidades aceitas socialmente. Brighente e

Mesquida (2011) destacam que a escola atua sobre o corpo adolescente com técnicas de vigilância e avaliação, regulando comportamentos mais por antecipação do que por punição direta.

A vigilância institucional não opera apenas de forma vertical. Conforme Fonseca (2012), ela se dissemina em uma lógica capilar, internalizada pelos próprios sujeitos. O adolescente aprende a monitorar gestos e pensamentos para evitar julgamentos, desenvolvendo autoconsciência normativa. Esse processo não se limita ao espaço escolar: estende-se às redes sociais, onde a visibilidade constante impõe padrões estéticos e discursivos. Curtidas, seguidores e engajamento funcionam como indicadores de valor, produzindo versões de si moldadas por expectativas externas.

Nesse contexto, performar deixa de ser expressão livre e torna-se resposta às normas internalizadas. Da Silva (2015) observa que o discurso jurídico alimenta a cultura do encarceramento, lógica que se atualiza no ambiente digital por meio de algoritmos, sanções simbólicas e cancelamentos. A exposição contínua exige adequação constante a padrões hegemônicos, transformando a performatividade em critério de pertencimento. A adolescência, por ser um período de constituição identitária, torna-se especialmente vulnerável a esse regime. Benelli (2014) argumenta que o adolescente institucionalizado é alvo de processos de reorganização da conduta com base em normas impostas por técnicos e gestores. Mesmo fora das instituições totais, adolescentes seguem sendo interpelados por discursos que os classificam como exemplares ou desviantes. A performatividade assume, assim, a função de estratégia de aceitação e proteção contra o estigma.

Fonseca e Narita (2019) mostram que, historicamente, o Estado tratou o jovem pobre como alvo prioritário de controle, articulando assistência e vigilância. Essa lógica persiste, agora ampliada pelas redes sociais, pelo monitoramento de condutas e pelas exigências de sucesso segundo narrativas meritocráticas. A performatividade passa a regular quem pode ser legitimado, mantendo dinâmicas excludentes. Benelli (2002) demonstra que instituições como manicômios, prisões e seminários compartilham uma lógica de produção de sujeitos normatizados. O adolescente é constituído como objeto de cuidado e suspeita, convocado a justificar-se por meio de performances aceitáveis. Essa tensão entre autenticidade e conformidade pode gerar silenciamento, angústia e autoanulação.

A normatividade imposta ao adolescente é multifacetada: disciplinar, estética, jurídica e afetiva. As redes sociais funcionam como arenas de exposição onde a validação depende da aderência a padrões reforçados por algoritmos. A imagem torna-se um produto gerido sob exigência de atualização constante, condicionada por critérios de visibilidade seletiva. O cruzamento entre vigilância e performatividade mostra que, embora a normatização assuma formas mais sutis, seus efeitos sobre a subjetividade adolescente permanecem profundos. A liberdade de se expor esconde, muitas vezes, a continuidade de mecanismos de controle e exclusão. A constituição do sujeito, nesse cenário, é marcada por exigências de adequação que delimitam possibilidades de existir, desejar e resistir.

Articulações possíveis entre Lacan e Foucault

A partir de Lacan, a adolescência pode ser compreendida como o momento em que o sujeito é confrontado com a ausência de garantias simbólicas estáveis e com a emergência do desejo como efeito da inscrição na linguagem. Essa inscrição marca o sujeito com uma falta constitutiva, que impede qualquer identificação plena com a imagem de si mesmo ou com os significantes que o nomeiam. Na série, o personagem Jamie Miller encarna essa travessia ao se deparar com o vazio deixado pela dissolução dos laços familiares, escolares e sociais. A cena em que o adolescente recebe um sanduíche da psicóloga ilustra, simbolicamente, a tentativa de

instaurar um vínculo mínimo com o Outro, mesmo em um espaço marcado pela suspeita e pela normatização (Entenda significado..., 2025).

Foucault, por sua vez, oferece ferramentas para pensar como a adolescência é um campo estratégico de atuação dos dispositivos de poder e saber. Os episódios da série evidenciam como a escola, a polícia, a psicologia e a família operam como instâncias de normatização que tentam organizar o sujeito adolescente dentro de parâmetros de conduta, produtividade e controle. Esses dispositivos, ao invés de apenas proteger, também fabricam sujeitos adaptáveis, que performam condutas socialmente aceitas e são alvos permanentes de vigilância. Jamie, ao ser interrogado, submetido a perícia psicológica e observado por professores e pais, é capturado por uma multiplicidade de discursos que pretendem diagnosticar, normalizar ou punir sua conduta (Zucoloto; Zucoloto da Silva, 2025).

A articulação entre Lacan e Foucault permite pensar que a adolescência, longe de ser apenas uma fase de desenvolvimento, é um ponto de inflexão onde se cruzam o desejo singular e os mecanismos de regulação. O desejo, para Lacan, nunca é plenamente simbolizável, e sempre escapa à normatização. Já Foucault mostra que o poder não atua pela repressão, mas pela produção de verdades sobre os sujeitos. Na série, o laudo psicológico do episódio 3 sintetiza essa convergência: ao tentar explicar o comportamento de Jamie com base em categorias diagnósticas, há a tentativa de capturar o indizível do desejo em uma rede discursiva que o reduz a desvios, transtornos ou traços perigosos (Le Monde Diplomatique, 2025).

Esse embate entre o desejo e o saber é intensificado pela presença das redes sociais, que funcionam como dispositivos contemporâneos de subjetivação e normatização. A série mostra como o sujeito adolescente é permanentemente exposto, avaliado, capturado por algoritmos e formas de sociabilidade que estimulam a performance narcísica e a lógica do reconhecimento. Trata-se de uma nova forma de disciplinamento, onde o olhar do Outro é substituído por um circuito digital que exige visibilidade, sucesso e adequação, ao mesmo tempo em que promove a exclusão dos que não performam adequadamente (Zucoloto; Zucoloto da Silva, 2025; Bollos, 2025).

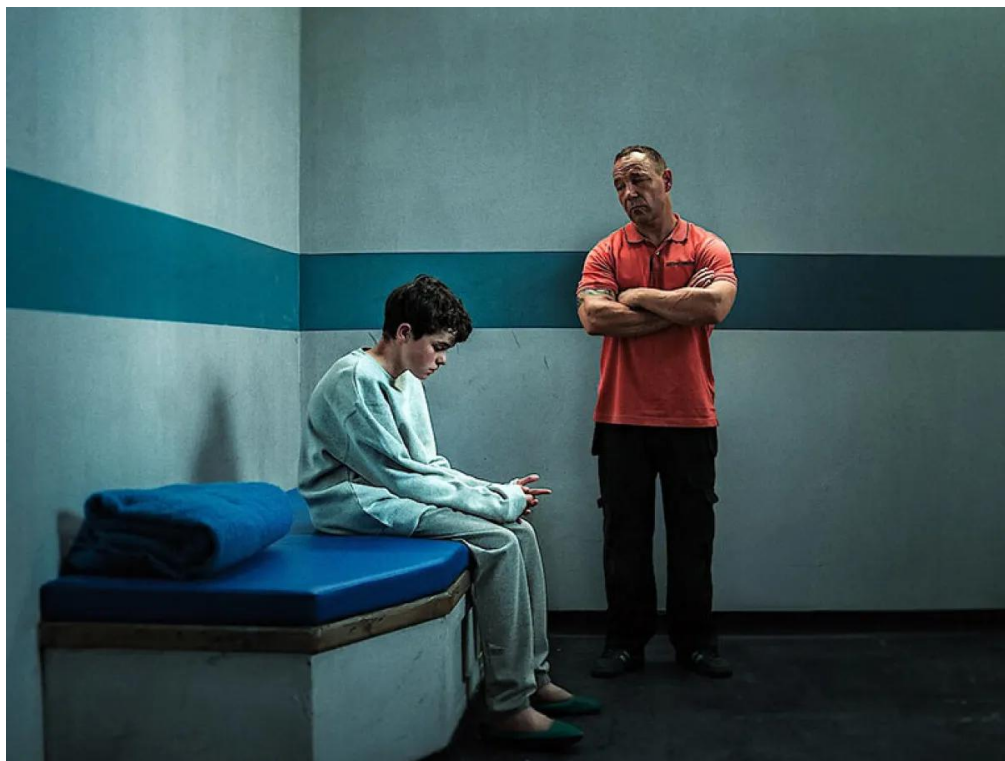
Portanto, a articulação entre Lacan e Foucault permite compreender que, na série *Adolescência*, os personagens são atravessados por um campo de forças que inclui tanto a falta estrutural do desejo quanto os dispositivos que produzem e regulam a subjetividade. O sujeito adolescente aparece, assim, como um efeito dessas tensões — desejante, mas ao mesmo tempo capturado; exposto à linguagem, mas também à vigilância; convocado à invenção de si, mas inscrito em redes de normatização e julgamento.

Subjetivação e assujeitamento na narrativa audiovisual

Na minissérie *Adolescência*, a construção da trajetória do protagonista Jamie é atravessada por dinâmicas que evidenciam o entrelaçamento entre subjetivação e assujeitamento. A narrativa audiovisual se torna o espaço onde se inscrevem as tensões entre o desejo do sujeito e os dispositivos que pretendem normatizar sua existência. Desde os primeiros episódios, a série apresenta Jamie em uma posição de opacidade diante dos adultos que o cercam, sugerindo que sua constituição como sujeito está marcada por ausências simbólicas e afetivas. A escola, a família, a psicologia e o aparato jurídico surgem como instâncias que não apenas interpretam, mas produzem discursivamente sua identidade.

Na perspectiva foucaultiana, os sujeitos são efeitos de práticas discursivas e dispositivos de poder que operam na produção de saberes e normas. O assujeitamento, nesse sentido, não se dá apenas por repressão, mas pela constituição de subjetividades que internalizam e reproduzem as formas de controle. A série retrata essa lógica ao mostrar Jamie como alvo de olhares que o nomeiam, diagnosticam e classificam. Ele é interpelado como “agressor”, “assassino”, “adolescente problemático”, categorias que se impõem como verdades institucionais sobre sua

existência. A psicóloga que o interroga, o professor que o observa e o pai que o vigia são figuras que representam esse circuito de captura, no qual o sujeito é moldado a partir de enunciados que o precedem e o excedem (Zucoloto; Zucoloto da Silva, 2025).



Adolescência (Netflix, 2025)

Por outro lado, a narrativa permite identificar momentos de deslocamento e resistência a esse assujeitamento. Na perspectiva lacaniana, o sujeito é constituído a partir da linguagem, mas é também efeito de uma falta que o impede de coincidir com as significações que o Outro lhe impõe. O desejo, enquanto resto irredutível, escapa à captura total pelas normatividades. A série revela isso em cenas de silêncio, de retraimento e de pequenos gestos que não se enquadram nos discursos estabelecidos. A recusa de Jamie em falar ou responder à autoridade, por exemplo, pode ser lida como uma negatividade que aponta para um sujeito não inteiramente assujeitado, cuja subjetivação permanece em disputa (Bollos, 2025).

A narrativa audiovisual, ao trabalhar com recursos como enquadramentos fechados, iluminação sombria e planos-sequência, intensifica a sensação de cerco simbólico e vigilância contínua. Esses elementos formais reforçam a leitura foucaultiana de uma sociedade do controle, em que os sujeitos são vigiados não apenas por instituições formais, mas também pela arquitetura simbólica dos espaços que habitam. Ao mesmo tempo, os deslocamentos de câmera e as pausas dramáticas funcionam como fendas no discurso hegemônico, permitindo vislumbrar o sujeito como algo que resiste à totalização (Le Monde Diplomatique, 2025).

A subjetivação em *Adolescência* não se realiza de forma linear ou progressiva, mas como um processo atravessado por falhas, rupturas e violência simbólica. O assujeitamento, ao mesmo tempo que oferece um lugar na estrutura social, também impõe limites ao desejo, ao corpo e à expressão do sujeito. A série evidencia essa tensão ao apresentar Jamie não como um sujeito plenamente integrado ou rebelde, mas como alguém em constante oscilação entre o reconhecimento e a exclusão. A narrativa se constitui, assim, como um campo de inscrição e problematização dos modos contemporâneos de constituição subjetiva.

Resistência, escuta e os espaços de invenção juvenil

A série *Adolescência* revela como, mesmo em contextos marcados por normatizações rígidas, o sujeito adolescente pode produzir formas de resistência e abertura a outros modos de existência. No decorrer da narrativa, as experiências de Jamie não se reduzem às categorias diagnósticas ou jurídicas que buscam classificá-lo; ao contrário, sua trajetória expõe tensões que apontam para a possibilidade de reinvenção subjetiva, especialmente quando encontra brechas na escuta e nos vínculos afetivos.

No campo da psicanálise, a escuta implica acolher o que escapa à nomeação imediata, abrindo espaço para que o sujeito diga algo de seu desejo, mesmo que de forma fragmentada ou sintomática. A relação entre Jamie e a psicóloga encena essa possibilidade ao introduzir momentos de suspensão do discurso normativo, como na cena em que ela lhe oferece um sanduíche, instaurando um gesto de acolhimento que não se reduz à função técnica ou disciplinadora. Essa cena rompe com a lógica da punição e introduz um tipo de escuta que permite ao sujeito se reconhecer fora dos enunciados que o condenam (Entenda significado..., 2025).

A resistência, nesse contexto, não assume a forma explícita da negação ou da transgressão aberta, mas se dá pela criação de espaços de invenção — muitas vezes silenciosos, fúgidios ou ambíguos — em que o adolescente busca sustentar sua existência frente ao olhar normativo. Jamie se insinua como sujeito na medida em que encontra brechas para habitar a linguagem de modo não inteiramente capturado, ainda que de forma precária. Seu gesto de assumir a autoria do crime, após o contato afetivo com o pai, marca simbolicamente um ponto de inflexão: não como redenção, mas como reconhecimento da própria condição e possibilidade de deslocamento (Bollos, 2025).

A narrativa da série constrói esses espaços de invenção por meio de dispositivos formais, como pausas, silêncios e olhares que não são decodificados pelos adultos. Esses elementos possibilitam ao espectador captar camadas subjetivas que não estão representadas diretamente, mas que insistem como resto, como aquilo que não se deixa dizer completamente. Tais espaços representam, na linguagem audiovisual, o que na teoria foucaultiana pode ser entendido como resistência imanente ao poder: não uma oposição frontal, mas a emergência de práticas que não se conformam integralmente às normatividades (Zucoloto; Zucoloto da Silva, 2025).

Além disso, o espaço juvenil é atravessado por dispositivos de socialização que operam simultaneamente como mecanismos de controle e como campos de experimentação subjetiva. As redes sociais, apesar de funcionarem como tecnologias de vigilância, também configuram territórios onde os adolescentes elaboram suas dores, criam linguagens próprias e compartilham afetos. A série evidencia esse duplo movimento ao mostrar a forma como Jamie e seus colegas produzem códigos, signos e alianças nas margens da escola e da família. Esses circuitos de linguagem, mesmo quando disfuncionais, operam como tentativas de inscrição simbólica e de invenção de modos de existir.

A escuta, quando exercida fora do imperativo de controle, torna-se um dos poucos recursos disponíveis para que a invenção subjetiva se realize. A ausência de escuta genuína por parte dos adultos na série é reiterada como elemento que impede a emergência do sujeito adolescente. Ao mesmo tempo, a escuta clínica — ainda que brevemente representada — indica que o vínculo é condição para que algo do desejo possa se sustentar, mesmo em contextos marcados pela exclusão, violência simbólica e silenciamento.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar os modos de subjetivação dos personagens adolescentes na série *Adolescência*, articulando conceitos da psicanálise e os dispositivos de poder e saber conforme a perspectiva foucaultiana. A pergunta que orientou a pesquisa foi: como os processos de subjetivação na adolescência, tal como representados na série *Adolescência*, revelam tensões entre o desejo inconsciente e os dispositivos de normatização social?

Ao longo da análise, foi possível observar que a série constrói um campo narrativo em que o sujeito adolescente é simultaneamente atravessado por formações discursivas normativas e por manifestações singulares do desejo. Os episódios expõem com clareza os processos de assujeitamento promovidos por instituições como a escola, a família, a psicologia e o sistema jurídico, evidenciando como esses espaços tentam capturar a subjetividade juvenil por meio de diagnósticos, vigilância e correção de condutas. Em contrapartida, também se identificaram espaços de resistência, escuta e invenção, nos quais os adolescentes protagonizam deslocamentos simbólicos que não se encaixam integralmente nas estruturas normativas analisadas.

A hipótese inicial — de que os processos de subjetivação na adolescência revelam uma tensão permanente entre desejo e norma — foi confirmada. A série demonstra que o sujeito adolescente não se constitui apenas como efeito da regulação institucional, mas também como resposta à impossibilidade de completa captura pelo Outro. O desejo, entendido como força que escapa à domesticação simbólica, encontra na adolescência uma expressão marcada por conflitos, silenciamentos e tentativas de reinvenção.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o fato de que a análise se concentrou exclusivamente em uma narrativa audiovisual específica, o que restringe a generalização dos achados para outros contextos culturais e representações da adolescência. Como sugestão para futuras investigações, recomenda-se a ampliação da análise para outras produções audiovisuais que abordem a adolescência em diferentes contextos sociais e históricos. Estudos comparativos poderiam revelar variações nos processos de subjetivação juvenil conforme o recorte de classe, raça e gênero. Além disso, a investigação da recepção da série por parte de adolescentes e profissionais da educação e da saúde mental poderia oferecer dados empíricos relevantes sobre os efeitos simbólicos dessas representações.

A análise da série *Adolescência* permitiu compreender como o sujeito adolescente é construído discursivamente em um campo de forças entre o desejo e o controle, entre a invenção de si e a repetição normativa. A articulação entre Lacan e Foucault revelou-se produtiva para pensar a constituição subjetiva como um processo tensionado por capturas simbólicas e por formas possíveis de resistência. O estudo contribui, portanto, para ampliar o debate sobre juventude, subjetividade e políticas do cuidado, destacando a importância da escuta, do vínculo e da responsabilização compartilhada como elementos que favorecem a reinvenção dos laços sociais.

Referencias:

- Benelli, S. J. A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des) educativas. Curitiba: Appris, 2014.
- Benelli, S. J. Vigiar e punir no manicômio, na prisão e no seminário católico. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 1, n. 1, p. 18-18, 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/revistapsicologiaunesp/article/view/2623>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Bollos, R. H. O que a minissérie ‘Adolescência’ revela sobre saúde mental coletiva e parentalidade em crise. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

- Brighente, M. F.; MESQUIDA, P. Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares. In: *EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 10., 2011, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 2390-2403. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5234_2412.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.
- Castilho, P. T. Uma discussão sobre a angústia em Jacques Lacan: um contraponto com Freud. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, Niterói, v. 19, p. 325-337, 2007.
- Castro, A. C. D.; Bicalho, P. P. G. D. Juventude, território, Psicologia e política: intervenções e práticas possíveis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, p. 112-123, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ZMZMK6HKRkKzZqMnw7Db3pp>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Coimbra, C.; Bocco, F.; do Nascimento, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v57n1/v57n1a01.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.
- da Fonseca, J. P. A. Normalização e bio-poder na obra de Michel Foucault. Curitiba: CRV, 2012.
- da Silva, S. S. Discursos encarceradores: a contribuição dos operadores do direito na cultura da prisão. *Revista da Graduação*, Santa Maria, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistagrad/article/view/18924>. Acesso em: 9 maio 2025.
- de Assis César, M. R. A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico. São Paulo: UNESP, 2008.
- de Santi, P. Consumo e desejo na cultura do narcisismo. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 173–204, 2005.
- dos Santos Jucá, V. J.; Vorcaro, Â. M. R. Atos na adolescência: uma resposta diante da angústia e do desamparo. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/subjetividades/article/view/22598>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Entenda significado de sanduíche que psicóloga deu a protagonista de ‘Adolescência’, segundo especialista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 mar. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 13 maio 2025.
- FONSECA, S. C.; NARITA, F. Z. Os institutos disciplinares, a legislação sobre menoridade e a formação de setores estatais especializados em assistência a menores em São Paulo (1900-1935). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 66, p. 1-28, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/39908>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Frota, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/14840>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Magalhães, M. C. R. Narcisismo primário e o desejo. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, n. 176, p. 52–61, 2004.
- Moraes, B. R. D.; Weinmann, A. D. O. Notas sobre a história da adolescência. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 280-296, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estcli/a/hdvMbKyDq7QyMx3Jh5hCx9K>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Moreira, J. O.; Rosário, Â. B.; Santos, A. P. Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 432-441, 2011. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/9614>. Acesso em: 9 maio 2025.

- Muniz Neto, J. S. et al. Vigiar e assistir: reflexões sobre o direito à assistência da "adolescência pobre". *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, p. 321-331, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/HvZK7TnHpX3zYfKZV5FmJWF>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Pereira, D. F. A desnaturalização da ideia de transição: diálogos entre a psicologia e a filosofia sobre a adolescência e gênero. *Diversidade e Educação*, Pelotas, v. 12, n. 1, p. 462-477, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/divedu/article/view/138694>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Ramírez, M. E. Apresentação do livro: “Despertar da adolescência. Freud e Lacan leitores de Wedekind”. *Opção Lacaniana*, São Paulo, v. 5, n. 15, p. 1-19, 2014. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/OL/OL_15.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.
- Stenzel, M.; Darriba, V. A. O adolescente e a inconsistência do outro: discussão sobre a direção de tratamento a partir de caso clínico. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 477-489, 2013. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/estcli/v18n3/v18n3a09.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Tarso Carvalho, P. de. Sobre fotografia, narcisismo e desejo. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, n. 198, p. 49–56, 2010.
- Viola, D. T. D. A relação entre conceito e objeto na obra de Lacan e uma hipótese sobre a adolescência. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 51-62, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/vdCZjqwZ8vDLXfHbnMBjwmP>. Acesso em: 9 maio 2025.
- Zucoloto, K. A.; Zucoloto da Silva, P. H. Discutindo a série Adolescência – entre o desconhecimento e a regulação da praça pública. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 21327–21339, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-019>. Acesso em: 13 maio 2025

Citação/Citation: Figueira, F. V. H. A. (2025). *Adolescência como travessia subjetiva e campo de normatização: diálogos entre psicanálise e Michel Foucault*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVII, no. 1), pp. 114-125.

Recebido em: 01/06/2025

Aprovado em: 30/06/2025